

DA ERA DAS “INVENÇÕES” AO TRANSFORMISMO DO PT: Análise da esquerda brasileira sob hegemonia petista.¹

GT 20 - SOCIEDADE CIVIL: PROTESTOS E MOVIMENTOS SOCIAIS

Pedro Wilson Oliveira da Costa Junior (Doutorando em Sociologia pela Universidade de Brasília-UnB, com bolsa do CNPq)

RESUMO

O período que demarca o enfraquecimento do regime autoritário – fim da década de 1970 e início da década seguinte – corresponde, provavelmente, ao de maior intensidade da participação democrática no Brasil, expressa em amplas mobilizações da sociedade civil. A emergência de novos sujeitos políticos forjou uma agenda política distinta para o país, dotando as classes subalternas com a edificação de instrumentos coletivos possuidores de vasta base social e unidade política. Conforme o sociólogo Chico de Oliveira (2006), esse processo representou a maior renovação republicana da história brasileira. Neste trabalho, discorreremos sobre a trajetória do PT, com enfoque no processo de ocupação de postos no Estado, desde as primeiras experiências de “administrações populares” até a ascensão ao governo federal.

Palavras chave: Estado - Partidos políticos - Neoliberalismo

Introdução

O Partido dos Trabalhadores representou a confluência de diversos atores que lutavam pela redemocratização do Brasil. Congregavam, em seu interior, militantes de variadas frentes de atuação: integrantes do denominado novo sindicalismo; intelectuais críticos, egressos da resistência armada à ditadura, e setores do movimento pastoral da Igreja Católica, configurando, dessa forma, a maior expressão no plano partidário da luta dos movimentos sociais urbanos e rurais.

A fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); a reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE); a articulação de uma rede nacional de movimentos urbanos que desembocou na organização da Central dos Movimentos Populares (CMP), além de outras redes de movimentos organizadas nesse período ilustram esse processo. A construção desses instrumentos políticos alterou a forma de relação daqueles segmentos – “esquecidos” nos inúmeros pactos que as elites brasileiras firmaram ao longo da história – com os poderes constituídos. O enfrentamento constante na arena política institucional tornava patente a necessidade de convergências, no plano político-partidário, para a maioria desses atores que “entravam em cena”. O emergente movimento operário do ABC paulista, na década de 1970, com a presença emblemática de Luís Inácio da Silva, Lula, deu o aceno que originou o Partido dos Trabalhadores (PT).

Essa confluência engendrou as principais conquistas no que tange aos direitos sociais e democráticos, cujo grande marco é a Constituição de 1988. No geral, a sociedade brasileira se remodelava naquele período que Oliveira (2006: 36) denominou de “era da invenção”.

A agregação das demandas populares ocorreu em setores nevrálgicos da estrutura social. A década de 80 registrou enorme queda do poder aquisitivo dos trabalhadores em geral, justamente com a

¹ Este trabalho consiste na síntese de um dos capítulos de nossa dissertação de mestrado em Sociologia, concluída e defendida em 2010, no Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

extinção ou esvaziamento de políticas sociais, como a de habitação. A perda de impulso do modelo de crescimento concentrador e voltado ao mercado externo – que norteou as políticas da década anterior – traduziu-se em recessão econômica, desemprego, inflação e sucção das reservas nacionais para o pagamento da dívida externa. A crise do petróleo, na década de 1970, e a crise da dívida reforçaram a posição periférica dos países da América Latina na economia internacional.

No aspecto político, esses anos significaram grandes avanços, como a dissolução de alguns mitos que sustentavam o modelo vigente, a exemplo da ideia do “progresso num país de potencialidades ilimitadas”, a debilitação do nacionalismo ufanista que sustentava a ideologia de segurança nacional e a descrença na “conciliação” como fórmula ideal de se fazer política (GOHN, 1991: 10) Ficava cada vez mais evidente a ineficácia da estratégia de modernização autoritária para reduzir as desigualdades sociais promovendo o desenvolvimento social conjugado com a integração das classes populares, sob o domínio das elites.

Vale salientar que as elites não saíram ilesas do processo de transição conservadora, incapaz de reordenar o cenário nacional. A queda do consumo industrial, somada à inflação crescente, desembocando numa alteração significativa nos padrões de investimento, acarretou um maior conflito de interesses entre setores internacionais, aqueles ligados ao capitalismo dito nacional e às empresas estatais (MACHADO, 1995).

Em contraste com a crise de alternativas na área econômica, os anos 1980 significaram a generalização da política para toda a sociedade. Das eleições diretas para governador em 1982, às eleições presidenciais de 1989 – passando pela Campanha por eleições diretas para presidente em 1984 e pela Constituinte de 1988 – o Brasil registrou intensas mobilizações. Um traço importante deste processo é que a sociedade civil organizada passou a querer interferir diretamente na sociedade política e a buscar inscrever “novos direitos” por via do poder legal institucional, nas leis e nos mecanismos de funcionamento da sociedade e do Estado. Intensificaram-se articulações nacionais de fóruns em torno da saúde, educação, reformas urbana e agrária.

Esse processo, entretanto, também teve outro significado: os movimentos e associações organizadas foram deixando de lado seu caráter contestador e alternativo, assumindo um caráter institucionalizado, pautando-se pelas regras estabelecidas para uma “nova forma de fazer política”.

Ademais, o PT representava uma negação à cultura política empreendida pela antiga geração da esquerda socialista no Brasil, identificada principalmente com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Sua prática política incorporava novas bandeiras e lutas que não se enquadravam nos esquemas de objetivos ‘fundamentais’ e ‘secundários’ tão presentes nas análises pecebistas, sob a luz do método “marxista-leninista”.

Outro aspecto conjuntural que diferenciava decisivamente a experiência petista à do PCB foi a liberdade de atuação na vida institucional do país, algo que fora negado aos comunistas ao longo de quase toda a sua trajetória. O PT, desde tenra idade, participou do processo eleitoral, elegendo parlamentares e, posteriormente, ocupando cargos nos executivos municipais.

De fato, o partido nasceu com um pé na institucionalidade, considerando os parlamentares que aderiram ao partido logo no momento da sua fundação ou na sequência. Nas eleições de 1982, o partido lançou candidatos aos governos de vários estados da federação, com destaque para a candidatura de Lula, em São Paulo. Nas eleições seguintes, locais, o partido assumiu o controle de algumas prefeituras.

Dessa forma, estavam colocadas questões intrigantes para o PT e toda uma geração de militantes da esquerda: como governar dentro do capitalismo? Como exercitar uma prática emancipatória dentro das burocracias estatais? Além disso, como conciliar a tarefa de impulsionar movimentos de enfrentamento à ordem com as responsabilidades atribuídas aos gestores do Estado? A síntese elaborada, a partir das questões elencadas e da constatação de que, naquele momento, estava ausente uma conjuntura pré-revolucionária no país, apontava a necessidade do partido se organizar no movimento vivo da classe trabalhadora, a partir de suas expressões coletivas; do mesmo modo que

deveria cravar, no terreno do Estado, mediante a via eleitoral, algumas “trincheiras” que permitissem à classe um acúmulo de forças para um possível momento de ruptura:

Entre os aspectos dessa estratégia da “pinça”² emerge algumas experiências de gestão de decisiva relevância para a teoria democrática e para a prática política contemporânea. Um dos modelos de gestão mais elogiados e copiados internacionalmente: a *democracia participativa*. Trata-se da conjugação de elementos da democracia representativa e da democracia direta, com vistas a distribuir os recursos orçamentários e o poder de decisão do Estado para a sociedade civil, mais especificamente aos movimentos populares.

A “Estatização” do PT e a hegemonia neoliberal.

De fato, o PT teve a capacidade de apresentar uma proposta mais consistente de participação popular na elaboração do Orçamento Participativo, síntese elaborada através dos conflitos decorrentes da relação Estado e sociedade civil; e fruto da sinergia entre os atores envolvidos na experiência, especialmente em Porto Alegre.

O fenômeno não corria numa via de mão única: as transformações que o PT realizava no interior do Estado ocorriam concomitantemente à transformação do PT pelo Estado. Chico de Oliveira (2006: 40) afirma que a ocupação do Estado induz alterações substanciais nas práticas e no funcionamento do partido: “As tarefas, funções, obrigações, enfim, as razões de Estado impuseram-se sempre sobre a função do partido no sistema político” (*ibidem*). Essa ocorrência é descrita pelo autor como a “estatização” do partido, de onde advém, em primeiro plano, o caráter das suas contradições com as organizações de classe e com os movimentos sociais.

O PT sintetizava em seu interior, mediante o concerto de 'tendências' dos mais variados marxismos, a crise de paradigmas teóricos ideológicos em consequência da dissolução do 'socialismo real' e da imposição de uma *nova ordem*. As circunstâncias impunham, para muitos, o exame de alguns pressupostos programáticos, pois a falência da experiência descendente da Revolução de Outubro requiritava a reflexão acerca do horizonte estratégico, sobretudo de qual modo deveriam se comportar frente à nova correlação de forças no plano internacional.

Ocorreu, então, uma forte erosão das bases do trabalho e, conseqüentemente, o enfraquecimento do movimento sindical. Logo de início, a perda de postos de trabalho alcançou os 3,2 milhões, entre 1989 e 1999, sendo 2 milhões destes no setor industrial. Os desempregados saltaram de 1,8 milhão para 7,6 milhões. A taxa de desemprego, no mesmo período, foi de 3% para 9,6% da PEA (OLIVEIRA, 2006: 36). Durante a década de 1990, os postos de trabalho criados foram principalmente em empregos precários, com baixa remuneração e sem formalização das relações trabalhistas. O denominado “setor informal” era responsável por quatro em cada cinco ocupações criadas (*ibidem*: 36).

A deterioração das relações no mundo do trabalho instituiu outra dinâmica à luta social. O refluxo dos movimentos populares e o esvaziamento da luta sindical conduziram o PT a um deslocamento de base social e reforçou o processo de institucionalização do partido. Se a década de 1980 foi a “década das invenções”, o período seguinte simbolizou o refluxo dos movimentos e gerou “[...] uma internalização da reestruturação produtiva que produz uma nova subjetividade, inculcando os valores da competição, colocando situações objetivas no processo de trabalho que corroem a percepção de classe” (OLIVEIRA, 2006: 37).

Contrastando esse cenário, o partido acumulava importantes vitórias políticas no âmbito institucional, o que concorria decisivamente para o progressivo deslocamento de estratégia do PT para

² Essa formulação gerou um intenso debate na imprensa partidária, com destaque para o artigo de Juarez Guimarães: GUIMARÃES, J. A estratégia da pinça. **Revista Teoria e Debate**, Debate., v. 12, 1990. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/debate-estrategia-da-pinca>>. Acesso em: 1/4/2010.

a primazia da luta eleitoral. Na verdade, vivia-se certo otimismo na alteração na correlação de forças que fixava a disputa eleitoral de 1989 em um patamar mais favorável aos trabalhadores e movimentos populares.

Nesse sentido, a derrota de Lula da Silva (PT) para Fernando Collor de Melo (PRN), no segundo turno da eleição presidencial de 1989, representou, além da derrota do campo democrático e popular, o estabelecimento da hegemonia do pensamento neoliberal nas instituições de planejamento governamental do país. Para Virgínia Fontes, esse processo acentuou a tendência de deslocamento da estratégia do PT. Para a autora, o partido avançara enormemente no cenário político brasileiro, não obstante a derrota sofrida. Contudo, essa derrota fora capital para os setores que apostavam tudo no jogo eleitoral, em detrimento da atividade organizativa (FONTES, 2003: 21).

Diante da ofensiva internacional do neoliberalismo e dos impactos da enorme taxa de desemprego produzida pela recessão da década de 1990, o movimento sindical mudou de orientação; começou a rever a estratégia que apontava para a implantação de um Estado de bem-estar social e, nas palavras de Boito (2008: 285), foram se aprisionando numa espécie de “insulamento corporativo”, pois procuravam garantir suas condições de vida pela simples elevação do consumo individual e pela adaptação, aos seus interesses, de alguns aspectos básicos do projeto neoliberal. Para Boito (2008: 285), o “novo corporativismo” dos sindicalistas, resultante da situação econômica, foi se aproximando gradativamente de propostas privatizantes, como os contratos coletivos de trabalho, que assegurassem planos privados de saúde, à margem dos direitos trabalhistas, e pela organização de fundos de pensão privado, sob a direção de seus sindicatos.

Desse modo, a CUT, que nascera da crítica ao sindicalismo oficial, ao burocratismo, ao corporativismo e ao controle estatal sobre os sindicatos, enfim, à estrutura herdada da época de Vargas, adaptou-se a essa estrutura, que foi praticamente mantida na Constituição de 1988. Além disto, criou novos vínculos institucionais ao participar de fóruns de gestão de recursos públicos, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Para o historiador Marcelo Badaró (2003: 91), esse processo é muito semelhante ao modelo de organização dos sindicatos europeus; semelhança que se acentuou depois que a CUT se filiou à Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL), na década de 1990, representando uma opção pelo sindicalismo de “concertação social”. Todavia, Boito (2008: 286) ressalta que a adaptação dessa camada sindical a propostas neoliberais não foi um processo desprovido de atritos. O baixo crescimento econômico, seguido das inovações tecnológicas e dos novos métodos produtivos implantados, sobretudo nas montadoras de veículos e no setor bancário no decorrer dos anos noventa, fez aumentar enormemente os índices de desemprego. Até mesmo as empresas estatais, como a Petrobras, o Banco do Brasil, e alguns bancos estaduais que conseguiram sobreviver, tiveram que demitir em massa, recorrendo, na maioria das vezes, ao recurso dos programas de demissão “voluntária”.

Dessa forma, diante da reestruturação produtiva que resvalava diretamente no poder de pressão dos sindicatos – base social primordial do PT –, uma grande parcela de seus dirigentes passou a se preocupar objetivamente com a manutenção desses aparatos. Igualmente no partido, seus dirigentes foram progressivamente abandonando qualquer perspectiva de “ruptura radical”, e assumindo a ocupação do Estado através das regras democráticas como a única estratégia viável para a transformação social.

De fato, a estratégia estava visivelmente funcionando. O partido, desde a década de 1980, governava importantes municípios – conforme já destacamos, incluindo capitais e chegando, na década seguinte, ao poder de importantes Estados da Federação, como o Rio Grande do Sul –, além de contar com uma expressiva base parlamentar. Para ilustrar a predominância “estatal” assumida pelo PT, no seu XII Encontro Nacional, em 2001, ¾ dos delegados foram deputados, prefeitos eleitos, funcionários dos mandatos parlamentares, secretarias de governo ou da máquina partidária (WAHL, 2006: 101 e SADER, 2009: 77).

No PT, essa centralização burocrática ocorreu, sobretudo, através da remuneração de dirigentes e de funcionários com dedicação exclusiva ao partido. Segundo o fundador e ex-dirigente do PT, César Benjamin: “Esse contexto foi muito favorável à burocratização, cuja lógica capturou milhares de quadros: parlamentares, prefeitos, assessores, ou pessoas desejosas de vir a ser parlamentares, prefeitos e assessores aderiram à ela” (BENJAMIN *in* DEMIER [coord.], 2003: 12).

Governo Lula: a hegemonia “regressiva”

A eleição de Lula em 2002 representava, no plano simbólico, uma vitória da esquerda e dos movimentos sociais, além de uma possibilidade de refreamento das políticas neoliberais. Vários atores sociais se mobilizavam contra as políticas privatizantes e à desregulamentação das relações de trabalho, além de outras modalidades da agenda neoliberal. Entretanto, a chegada de Lula à Presidência da República acentuou o processo de “estatização” que atingia o PT e serviu como desfecho de um movimento de adesão do partido a teses e práticas que, mesmo de forma difusa, encontravam audiência no interior do partido e em parcela de sua base social. Essa adaptação à ordem dominante foi demonstrada, em primeiro plano, pela escolha da política macroeconômica do governo. Fundamentada no aprofundamento do modelo liberal periférico³, legado do governo de FHC, priorizando setores econômicos ligados ao capital financeiro e à indústria agroexportadora; na austeridade recessiva do Ministério da Fazenda – com um representante direto do capital financeiro para o Banco Central, o consultor do *Bank of Boston* e ex-filiado ao PSDB, Henrique Meirelles. Na composição do governo, através dos ministérios e das bancadas parlamentares, optou-se por uma conformação ampla, com a presença de partidos conservadores e fisiológicos, sem falar da presença de personagens que figuraram na política nacional vinculados ao regime autoritário.

No seu início, o Governo Lula objetivava a fabricação de um grande consenso nacional através de campanhas midiáticas em torno da criação de programas sociais, com destaque para o Programa Fome Zero; e da articulação de espaços de participação da sociedade civil no debate de “grandes temas”, como foi o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).⁴ Para Oliveira (2006: 30), a vitória do PT provocou imediatamente perplexidade e paralisia nos movimentos sociais. O autor utiliza uma categoria para caracterizar essa situação: “Aqui, em termos gramscianos, o amplo 'movimento' da conquista do governo anula as 'posições' anteriores, pois o partido da oposição transforma-se no partido da ordem”. A política de cooptação, ou *passivização*, não deve ser associada, nesse caso, meramente em troca de cargos, empregos e outros benefícios, pois a mudança de orientação do PT era contínua; seria também equivocado assimilá-la unicamente como uma mudança de orientação dos seus dirigentes, pois “[...] essa mudança de orientação faz parte de um processo mais longo e mais profundo. Tendências políticas e ideológicas na própria base de alguns movimentos populares também explicam essa mudança e facilitaram a política de cooptação.” (Boito, 2008: 281).

O governo Lula teve sucesso em realizar reformas e implantar outras medidas às quais o próprio PT e movimentos sociais se opuseram durante os governos anteriores. A Reforma de Previdência⁵ é a mais representativa desse processo. Apesar da oposição de alguns sindicatos, o governo havia desagregado a unidade existente entre eles. A CUT, ainda que com ressalvas, e outras entidades não se

³ cf. FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007: 96

⁴ O Conselho era composto por muitos empresários, sindicalistas e pela Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais (Abong), além de alguns intelectuais. O CDES foi apresentado pelo governo como o lugar da “concertação”, de formação do “novo contrato social”. No entanto, a iniciativa esvaziou-se, tendo pouca reverberação pública.

⁵ Foi sintomático o discurso utilizado pelo Governo Lula para legitimar a proposta de reforma, atacando os “privilégios” dos servidores públicos, semelhante à cruzada que Collor queria liderar contra os “marajás” do serviço público e ao tratamento que FHC dispensou aos aposentados do serviço público: “vagabundos”.

mobilizaram para resistir a tal *contra reforma*.

Em 2005, instaura-se uma enorme crise na cúpula do Governo Lula e na sua base parlamentar em função de denúncias de corrupção. As acusações de “compra” de partidos e parlamentares para votarem nas propostas do governo e de desvio de recursos públicos para financiamento de campanhas eleitorais atingiram praticamente todo o “núcleo duro” do governo e do partido⁶.

Dessa forma, a insatisfação que muitos militantes petistas já tinham com os rumos do governo ampliou-se. Uma parcela se somou ao movimento criado por parlamentares expulsos do partido em 2003, em razão da votação contrária à proposta de reforma previdenciária levada a cabo pelo governo Lula. Em setembro de 2005, o Movimento Esquerda Socialista e Democrática (MESD) obteve o registro eleitoral, após uma campanha em que arrecadou cerca de 700 mil assinaturas em vários estados do país. Com isso, fundou-se o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

O PSOL não foi o único desaguadouro para esses militantes que divergiam dos rumos do PT e do governo federal. Ainda em 2004, setores ligados ao MST, às Pastorais Sociais e antigos dirigentes do próprio PT, como César Benjamin, decidiram reorganizar o “Movimento Consulta Popular”, que havia sido fundado em 1997 com a finalidade de elaborar um “novo projeto para o Brasil”. O que diferia a nova etapa da Consulta Popular, em 2004, para a anterior era, em boa medida, a ênfase mais incisiva na questão organizativa. O objetivo era engendrar uma organização política, com diretrizes programáticas e unidade de ação de seus militantes.

Entretanto, o “fracasso” do Governo Lula preconizado por esses setores da esquerda contrastava com o progressivo aumento de sua popularidade, sobretudo nos setores, mais atingidos pelas políticas neoliberais. A capacidade de recuperação do governo após a denominada “crise do mensalão” e culminando na reeleição de Lula, em 2006, demonstrou o quanto o carisma do presidente permanecia sólido nos setores populares. Além disto, o proclamado fim do “ciclo PT” poderia ter significado referente ao abandono por parte do partido, de uma perspectiva de ruptura revolucionária, contudo, a “máquina” partidária petista continuava intacta e, talvez, mais forte.

Conforme Boito (2008: 287), não obstante os segmentos econômicos mais contemplados pelas políticas do Governo Lula serem o setor bancário da burguesia nacional e o capital financeiro internacional – tal “fração” considerada a mais “retrógrada” das classes dominantes, nas palavras de Boito –, estes conseguiram constituir “[...] uma *classe apoio* em setores pauperizados e desorganizados da população trabalhadora, e que foram pauperizados, em boa medida, como consequência do próprio modelo econômico neoliberal.” (BOITO, 2008: 287 [grifo do autor]). Boito distingue essa “classe apoio” ao poder neoliberal de uma classe “aliada”, pois esse setor não tem seus principais interesses acolhidos pelo Estado. No entanto, o autor afirma que o neoliberalismo, a despeito de seu caráter antipopular, obteve um considerável impacto ideológico junto a diferentes setores das classes trabalhadoras, mesmo de modo variável (BOITO, 2008: 280).

André Singer (2009) estabelece uma distinção entre o petismo e o *lulismo* para avaliar a composição sociopolítica da base de apoio capitaneada pelo Presidente Lula – o mais popular desde a redemocratização do país. Singer, que fora secretário de imprensa do Palácio do Planalto durante o primeiro mandato de Lula (2003-07), considera que o lulismo é constituído por elementos de esquerda e de direita, sendo que sua principal base é o “subproletariado”, ou seja, trabalhadores de baixíssima renda. Esse setor possui, segundo o autor, uma visão conservadora, não querendo dizer que não deseje mudanças, mas que essas sejam feitas sem o prejuízo da ordem. Singer acrescenta que tal segmento rejeita a valorização do conflito político, característico dos primeiros anos do PT, e tem certa hostilidade às greves e aos sindicatos.

Entretanto, o apoio desse setor à Lula só foi adquirido após sua ascensão ao governo federal

⁶ Este episódio corresponde à “crise do mensalão”, palavra proferida pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), que tornou público o fato, para designar os pagamentos mensais que o PT repassava a políticos para aderirem ao governo. O episódio foi amplamente noticiado na mídia nacional.

(SINGER, 2009: 90). De acordo com Singer, esse apoio expressa-se em elevados índices de aprovação popular e repousa numa sensação de aumento do poder de consumo: em produtos tradicionais, como alimentos, material de construção; bem como em novos produtos, a exemplo dos eletrodomésticos, automóveis, passagens aéreas, etc.

A gradual melhora na condição de vida dos setores pauperizados é atribuída à introdução do Programa Bolsa Família, ocorrida em 2003. O programa, em princípio, representava a unificação de programas de transferência de renda aplicados durante os governos de Fernando Henrique Cardoso. No entanto, a política econômica recessiva que caracterizou aqueles governos impediu uma expansão de tais programas. O Governo Lula, por sua vez, vivenciou um cenário econômico internacional mais estável⁷, que permitiu converter aqueles programas numa espécie de “renda mínima” para as famílias em situação de extrema necessidade. Em 2004, o Programa Bolsa Família teve um aumento de 64% de verba comparado ao ano anterior, em 2005, outros 26% de aumento. Em dois anos, duplicou o número de famílias atendidas, de 3,6 milhões para 8,7 milhões. Até o fim do primeiro mandato, em 2006, o orçamento do programa foi multiplicado em treze vezes, de R\$ 570 milhões de reais para 7,5 bilhões de reais, com cerca de 11,4 milhões de famílias assistidas (SINGER, 2009: 92).

Dessa forma, Singer (2009: 97) assinala que Lula teria se apropriado politicamente de uma base popular “[...] antes caudatária dos partidos da ordem”, contudo, o mesmo não teria ocorrido com o PT, que manteve um eleitorado tipicamente urbano e escolarizado, tanto é que, nas eleições de 2006, Lula foi mais votado nos Estados de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH⁸, enquanto a votação da bancada federal do PT continuou vinculada aos Estados de IDH mais elevado. Com efeito, Singer assevera que o PT ainda não foi capaz de dar a direção ao “subproletariado”, um segmento particularmente difícil de organizar, e que em decorrência da “[...] ausência de um avanço da esquerda, o primeiro mandato de Lula terminou por encontrar outra via de acesso ao subproletariado, amoldando-se a ele, mais do que o modelando, porém, ao mesmo tempo, constituindo-o como ator político” (SINGER, 2009: 100).

Segundo Emir Sader (2009), a eleição de Lula significou um novo capítulo da trajetória da esquerda brasileira, um momento “prenhe de contradições”. Ele assinala que a promoção de algumas políticas colocava o Governo Lula no campo da esquerda, como as políticas de renda mínima, os programas sociais, o bloqueio à implantação da Alca⁹, a prioridade aos processos de integração regional; o entrave às privatizações, aos processos de encolhimento da intervenção do Estado e de precarização das relações de trabalho. Ademais, a diminuição do desemprego, o aumento sistemático do emprego formal e a elevação do poder aquisitivo do salário mínimo (SADER, 2009: 72).

De acordo com o historiador Marcelo Badaró (2003: 105), um dos significados da eleição de Lula foi o salto do projeto original do PT – que, mesmo mal definido, era socialista – para a linha social democrata identificada com a “terceira via” propagada, sobretudo, pelo Partido Trabalhista Inglês, sob a direção de Tony Blair. O que chama a atenção do autor é que esse salto ocorreu sem que o Brasil tivesse, de fato, construído um Estado de Bem-Estar, fundamentado em políticas públicas voltadas para a redistribuição de renda e de benefícios sociais.

Virgínia Fontes (2003: 116) concorda com a influência da “terceira via” sobre o PT. Acrescentando que o partido se tornou indistinto perante a maioria dos partidos brasileiros, que possuem formulações programáticas muito vagas: todos são favoráveis à Reforma Agrária, à

⁷ FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007

⁸ Índice de Desenvolvimento Humano, medida comparativa que avalia o bem-estar de uma população. Desde 1993 o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento utiliza-o em seu relatório anual.

⁹ Área de Livre Comércio das Américas, um projeto de acordo comercial entre 34 países das Américas (exceto Cuba) que tinha por objetivo suprimir gradativamente as barreiras alfandegárias entre os países, o que beneficiaria o país mais desenvolvido da região e do mundo, os Estados Unidos. Desde 2005, na última reunião da Cúpula das Américas, não avançou o debate sobre a ALCA. Sader (2009) relaciona esse fato à posição contrária manifestada pelo governo brasileiro.

democracia e à cidadania, contra a fome e a violência, mas as propostas relativas a essas questões não são claramente definidas.

A todo esse processo, somou-se a mutação social sofrida pelo setor dirigente majoritário do partido, sobretudo aquele oriundo do movimento sindical. Para Chico de Oliveira (2006), esses ex-sindicalistas tornaram-se, em grande parte, administradores de fundos de previdência, pois, conforme descrito anteriormente, a reestruturação produtiva acarretou mudanças na cultura sindical com a emergência de um “novo corporativismo” (cf. BOITO, 2006). Entre essas mudanças, está a organização de fundos de pensão por algumas entidades sindicais, decorrente, em boa medida, dos recursos advindos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, criado pela Constituição de 1988 e que, atualmente, representa o principal fundo de acumulação a longo prazo e indispensável aportador de recursos ao BNDES¹⁰.

Oliveira (2006: 35) atesta a notável presença de “funcionários da elite dos fundos de pensão” no Governo Lula, com destaque para o então ministro-chefe da Secretaria de Comunicação e Estratégia (Secom) e ex-membro da direção nacional do sindicato dos bancários, Luiz Gushiken. Em outro trabalho, Oliveira (2003: 146) assinala que a ascensão desses sindicalistas a essas funções resulta na formação de uma “nova classe social”, cujo lugar no sistema é definido pela função que ocupa no acesso aos fundos públicos, pois, ao operar no sentido da maior rentabilidade de tais fundos, essa “nova classe” atua diretamente em favor da reestruturação produtiva. Nisto repousaria a explicação para as convergências programáticas entre PT e PSDB.

Cumprir destacar o aumento do patrimônio de alguns dirigentes do PT, demonstrado através da declaração de bens exigida pela Justiça Eleitoral. O Presidente Lula, por exemplo, teve uma elevação de 98,4% no seu patrimônio em quatro anos de mandato – a maior parte de seu rendimento, contudo, não advém da remuneração pelo cargo exercido, mas devido às aplicações em imóveis, em fundos de ação e de investimentos¹¹.

Certamente, a explicação para a mudança da conduta política dos dirigentes do PT deve levar em juízo a ascensão econômica dos mesmos. No entanto, não é assegurável que esse processo determine a emergência de uma “nova classe social”, tal como sugere Oliveira (2003). Mauro Iasi (2006: 553) pondera que, apesar de tentadora, esta aproximação reputa uma amplitude e importância ao estrato dirigente do PT que ele não possui. O que ocorre, de fato, é uma mudança de classe social que esse segmento sofrera através da ocupação de altas funções decisórias, tanto na estrutura sindical, quanto na estrutura do Estado: em parlamentos, secretarias, empresas estatais, etc.

Com efeito, pode-se dizer que os altos índices de popularidade governo de Lula são mantidos no equilíbrio entre os extremos sociais: altos lucros para o capital financeiro e políticas compensatórias para as camadas mais pobres. Oliveira (2006: 29) chama a atenção para o carisma do presidente, que, segundo o autor, age “[...] como um poderoso anestésico sobre as demandas populares que cresciam sob o governo FHC, e opera uma espécie de sequestro da sociedade organizada”.

Entretanto, cumpre enfatizar que parte importante dos setores populares está organizada e se posiciona contra as políticas do capitalismo neoliberal, a exemplo dos movimentos de luta pela Reforma Agrária, como o MST e o MLST; e dos movimentos urbanos, sobretudo os de luta por moradia, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e o Movimento de Moradia no Centro (MMC), de São Paulo. Oliveira denomina essas expressões como “movimentos de urgência”,

¹⁰ De acordo com Oliveira (2006: 34), no capitalismo brasileiro, os “fundos de acumulação”, bem como a “financeirização” foram de origem estatal – através da criação, durante o regime militar, dos fundos de previdência complementar das empresas estatais, constituindo-se numa espécie de “*Welfare* privado”.

¹¹ Em 2002, Lula possuía R\$ 422.949,32 de patrimônio declarado. Em 2006, quando concorreu à reeleição, o presidente declarou R\$ 839.033,52 em patrimônio; o salário de Presidente da República, à época, era de R\$ 8.885,48, Lula recebe também de aposentadoria R\$ 4.294 mensais. O presidente fez aplicações financeiras em fundos de ações do Banco do Brasil, da Petrobrás, da Vale do Rio Doce e no Fundo de Investimento do Bradesco.

que são “[...] os movimentos de trabalhadores que tiveram, devido à perda da terra, do emprego ou da moradia, a sua sobrevivência física imediata posta em cheque pelo capitalismo neoliberal” (*ibidem*: 287).

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, C. **Bom combate**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BOITO, A. “As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil”. In CAETANO, G.; MAYA, M. L. **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina**, Ciudad de Buenos Aires-AR: CLACSO Libros, 2006. pp. 271-296.

DEMIER, F. **As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil**, Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003.

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

GOHN, M. G. M. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**. 3ª ed. São Paulo, Edições Loyola, 2003.

GUIMARÃES, J. A estratégia da pinça. **Revista Teoria e Debate**, v. 12, 1990. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/debate-estrategia-da-pinca>>. Acesso em: 1/4/2010.

IASI, M. L. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo. Editora Expressão Popular, 2006.

MACHADO, L. M. V. **Atores Sociais: movimentos urbanos, continuidade e gênero**. São Paulo: ed. Anna Blume, 1995.

MARQUETTI, A. et al. **Democracia participativa e redistribuição: análise de experiências de orçamento participativo**, São Paulo: Xamã, 2008.

MIRZA, C. A. **Movimientos sociales y sistemas políticos en América Latina: la construcción de nuevas democracias**, Ciudad de Buenos Aires-AR: CLACSO Libros. 2006.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista ; O ornitorrinco**, São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____ “momento Lênin”, Revista Novos Estudos-CEBRAP, Julho 2006. Disponível em: http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/o_momento_lenin.pdf

RICCI, R. “Fim da era dos movimentos sociais brasileiros”. Folha de São Paulo – Debate, 20/10/2009. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/em-debate/fim-da-era-dos-movimentos-sociais-brasileiros.html>>. Acesso em: 28/7/2010.

SADER, Emir. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana**. São Paulo: Boitempo, 2009.

SINGER, André. “Raízes sociais e ideológicas do lulismo”. **Revista Novos Estudos** – CEBRAP. Nº85. Novembro 2009, pp. 83-102. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/acervo/acervo_artigo.asp?idMateria=1356>. Acesso em: 15 ago. 2013.